

RELATÓRIO E CONTAS



2023

FUNDAÇÃO PORTUGAL-ÁFRICA

Relatório Anual

Em 31 de Dezembro de 2023

1. Actividade

1.1. O ano de 2023 da Fundação Portugal-África ficou marcado, essencialmente, pela manutenção do diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com respeito ao desenvolvimento do projecto de parceria com este Ministério tendo em vista a criação de um programa de formação pós-graduada para nacionais de países Africanos de língua Portuguesa. Com o desenvolvimento desse diálogo, a Fundação continuou a dar execução à orientação que foi definida aquando da aprovação da iniciativa acima descrita, e que se traduziu na decisão de centrar as atividades da Fundação, ao longo dos próximos anos, no desenvolvimento da supra referida parceria com o MNE.

Recorda-se aqui que, tal como indicado no Relatório respeitante ao exercício de 2022:

- a) a proposta de criação deste programa foi plasmada no documento intitulado “Projecto de Criação de um Programa de Formação Pós-Graduada para Nacionais de Países Africanos de Língua Portuguesa”, datado de 26 de Agosto de 2019 (adiante Documento de 2019), remetido à Fundação pelo MNE em 11 de Setembro de 2019, e que mereceu, nas suas linhas gerais, o acordo da Fundação em Outubro desse mesmo ano de 2019;
- b) A pandemia COVID 19, que se iniciou no primeiro trimestre de 2020, com a imposição de sucessivos estados de emergência e de situações de confinamento, veio a provocar um deslizamento do início dos trabalhos de concretização do referido programa;

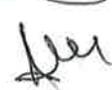



2

- c) Em resultado do referido na alínea anterior, o início dos trabalhos só veio a ter lugar em Setembro de 2021, com a realização de uma reunião entre o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e representantes da Fundação e uma troca de cartas entre o MNE e a Fundação, através das quais se reafirmou o propósito de avançar com a concretização do programa, se reconfirmaram, com a actualização necessária em função do tempo entretanto decorrido, as bases constantes do Documento de 2019 e foram designados os representantes de ambas as partes no Grupo de Trabalho encarregue de preparar uma proposta de estruturação do programa (dois representantes da Fundação, representantes do MNE e um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior);
- d) Na sequência dos desenvolvimentos acima referidos, o Grupo de Trabalho realizou várias reuniões entre Novembro de 2021 e Março de 2022, tendo no fim desse mês de Março concluído um documento contendo as propostas de concretização do projecto em apreço.
- e) As linhas gerais do documento acima referido foram apresentadas à Assembleia de Fundadores realizada em 19 de Julho de 2022, tendo o documento acima referido sido também submetido pelos representantes do MNE e do MCTES à aprovação das respectivas hierarquias.

O projecto e o documento acima mencionados continuaram, ao longo de 2023, em apreciação nos Ministérios acima referidos. A Fundação manteve, ao longo do ano de 2023, contactos regulares com o MNE, procurando a obtenção de uma posição deste ministério que tornasse possível o início da concretização do projecto. Tal não foi, no entanto possível, sem embargo de o MNE ter sempre continuado a afirmar o seu interesse nesse mesmo projecto. É entendimento do Conselho de Administração que será razoável solicitar ao Governo uma posição definitiva sobre esse projecto no mais breve prazo possível, assim permitindo que o novo Governo formado na sequência das eleições do dia 10 de Março de 2024

★


3
 

tenha tempo e possibilidade de o apreciar e apresentar à Fundação uma resposta final sobre o assunto.

1.2. No quadro referido no ponto anterior, e para além do que aí se descreve, as demais atividades desenvolvidas pela Fundação limitaram-se, em 2023, à sua gestão corrente, sem financiamento de iniciativas próprias ou de terceiros. Destacam-se, apenas:

- a) na sequência de uma reflexão e deliberação do Conselho de Administração, o estabelecimento de contactos com o Ministério da Defesa, com vista a explorar a possibilidade de a Fundação vir a apoiar o curso de estudantes dos PALOPs no Colégio Militar, contactos que estão ainda em curso;
- b) um conjunto de contactos exploratórios da iniciativa do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, tendo em vista a realização nas instalações da Fundação de uma exposição de arte africana, que, após contactos com a Universidade do Porto, se considerou não ser oportuna.
- c) um conjunto de contactos exploratórios da iniciativa de uma escola de música do Porto, que manifestou interesse em utilizar as instalações da Fundação para realização de algumas iniciativas musicais, aos quais essa escola não deu sequência, essencialmente por razões de segurança decorrentes da zona em que está localizada a Fundação.

2. Evolução Económica Financeira

No exercício de 2023, a Fundação obteve um resultado líquido positivo de 279.246 euros, que se traduz numa variação de 855.293 euros face ao resultado do ano de 2022, em que se registou um resultado líquido negativo de 576.047 euros.

Para esta variação contribuiu, sobretudo, a evolução dos resultados apurados na gestão (a cargo da BPI Gestão de Ativos) da carteira de investimentos financeiros da Fundação,

 4



já que esses resultados foram positivos no montante de 416.716 euros, o que compara com um resultado negativo de 428.488 euros registado em 2022, ou seja, uma variação positiva de 845.204 euros.

É de sublinhar que este resultado positivo da carteira de investimentos financeiros da Fundação decorre, na sua quase totalidade, de variações do justo valor dos instrumentos financeiros detidos, ou seja, não traduz a verificação de ganhos efetivos.

O resultado positivo alcançado na gestão da carteira de investimentos financeiros da Fundação explica-se, essencialmente, pelo comportamento positivo dos mercados que se registou em 2023, comportamento positivo esse que se verificou na generalidade das classes de ativos. Assim, por exemplo:

- o mercado de obrigações soberanas da Zona Euro (instrumentos que representam uma componente relevante da carteira da Fundação) subiu 7.1% face a 2022;
- o mercado de obrigações corporate europeu subiu 8.2% face a 2022;
- o mercado de ações europeias subiu 16.6% face a 2022 e o mercado de ações globais subiu 19.6%.

Ao longo de 2023, a carteira de investimentos financeiros da Fundação manteve um perfil de risco muito conservador, ainda que tendo sido realizados pequenos ajustamentos a esse perfil de risco, designadamente por forma a permitir alguma, ainda que reduzida, exposição a ações.

A 31 de Dezembro de 2023, a carteira de investimentos financeiros da Fundação no valor de 9.224.367 euros tinha, diretamente ou através de fundos de investimento, a seguinte repartição:

- a) Liquidez: 5.2%
- b) Obrigações: Taxa Indexada: 6.3% / Taxa Fixa: 53.6%
- c) Fundos de Ações: 5.5%
- d) Retorno Absoluto: 8.0%
- e) Exposição cambial: 15%



5

Os gastos de funcionamento da Fundação, correspondentes a custos operacionais com fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, mantiveram-se controlados. Verificou-se um aumento dos mesmos face a 2022, de 86.340 euros, para 98.587 euros, (ou seja, um aumento de 12.247 euros), essencialmente em resultado de ter sido necessário realizar um conjunto de gastos correntes de conservação e reparação nas instalações (v.g. a revisão dos sistema de deteção de incêndios e de intrusão, a revisão das caixilharias de alumínio e a modernização do ascensor, entre outros).

Conforme estava previsto, o valor das amortizações reduziu-se de 61.219 euros para 38.883 euros, essencialmente em resultado de ter terminado em 2023, em termos contabilístico/fiscais, o período de amortização para uma parte significativa do imobilizado sujeito a depreciação.

O ativo total líquido da Fundação, no final de 2023, é de 9.665.582 euros, tendo aumentado 294.551 euros, face ao seu valor no final de 2022 (que, recorde-se, era de 9.371.031 euros). Este aumento é explicado pelo aumento do valor do saldo dos ativos financeiros, obrigações, fundos de investimento e depósitos à ordem, no montante de 333.434 euros, decorrente da evolução do valor da carteira de instrumentos financeiros da Fundação (correspondente a ativos detidos para negociação, caixa e depósitos bancários), que mais que compensou redução do valor líquido do imobilizado, fruto das amortizações do exercício, no montante de 38.883 euros.

Os fundos patrimoniais de 9.639.830 euros no final do ano de 2023, registaram também um aumento face ao exercício anterior (9.360.585 euros) de 279.246 euros correspondente ao resultado líquido do exercício de 2023.

3. Aplicação do Resultado do Exercício

De acordo com os Estatutos da Fundação, propõe-se que o resultado líquido da Fundação apurado no exercício de 2023, no montante de 279.246 euros, seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

 
6

4. Atividade Futura

Conforme se detalhou no ponto 1, a atividade da Fundação no próximos ano irá estar concentrada, essencialmente, no desenvolvimento dos projetos de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e do projecto referido na alínea a) do ponto 1.2..

5. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu apreço e agradecimento pelo trabalho realizado pelos membros dos demais órgãos da Fundação. Manifesta-se ainda o agradecimento do Conselho de Administração aos Fundadores e aos colaboradores da Fundação.

Porto, 22 de abril de 2024

O Conselho de Administração,

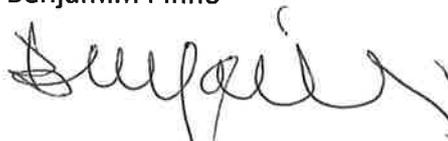
Alexandre Lucena e Vale



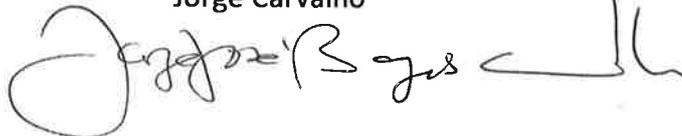
António Monteiro



Benjamim Pinho



Jorge Carvalho



Rodolfo Lavrador





FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Balances em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	Dezembro 2023	Dezembro 2022
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	3.610	10.789
Bens do património histórico e cultural		8.285	8.285
Activos intangíveis	6	273.987	305.691
Total do activo não corrente		285.882	324.765
ACTIVO CORRENTE:			
Créditos a receber		-	2.983
Activos financeiros detidos para negociação	7	9.224.367	8.517.698
Caixa e depósitos bancários	4	155.334	525.586
Total do activo corrente		9.379.700	9.046.266
Total do activo		9.665.582	9.371.031
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos	8	11.375.093	11.375.093
Reservas	8	1.123.306	1.123.306
Resultados transitados	8	(3.137.814)	(2.561.768)
		9.360.585	9.936.631
Resultado líquido do período		279.246	(576.047)
Total dos fundos patrimoniais		9.639.830	9.360.585
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		4.434	709
Estado e outros entes públicos	9	496	461
Outros passivos correntes	10	20.822	9.277
Total do passivo corrente		25.752	10.447
Total do passivo		25.752	10.447
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.665.582	9.371.031

O Contabilista Certificado


António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

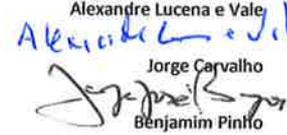
Alexandre Lucena e Vale

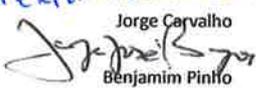
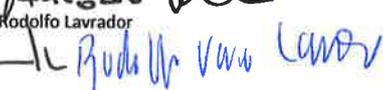
António Vítor Martins Monteiro

Jorge Carvalho

Rodolfo Lavrador

Benjamim Pinho






FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Fornecimentos e serviços externos	11	(121.581)	(97.442)
Gastos com o pessoal		(13.530)	(13.217)
Aumentos / reduções de justo valor	7	471.413	(379.927)
Outros rendimentos	12	73.323	66.158
Outros gastos	13	(91.496)	(90.401)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		318.129	(514.828)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(38.883)	(61.219)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		279.246	(576.047)
Resultado antes de impostos		279.246	(576.047)
Resultado líquido do período		279.246	(576.047)

O Contabilista Certificado


António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale



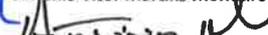
Jorge Carvalho



Benjamim Pinho



António Vitor Martins Monteiro



Rodolfo Lavrador



FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Montantes expressos em euros)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	(47.278)	(91.283)
Pagamentos ao pessoal	(9.368)	(8.461)
	(56.646)	(99.744)
Outros recebimentos / pagamentos	(42.024)	(15.634)
	(98.670)	(115.378)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(6.358.634)	(9.138.449)
	(6.358.634)	(9.138.449)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	6.087.052	5.973.769
Juros e rendimentos similares		
Dividendos	6.087.052	5.973.769
	(271.582)	(3.164.680)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Realização de fundos		2.494
Outras operações de financiamento		2.494
		2.494
	(370.252)	(3.277.564)
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		
Caixa e seus equivalentes no início do período (Nota 4)	525.586	3.803.150
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 4)	155.334	525.586
	(370.252)	(3.277.564)

O Contabilista Certificado

Antonio Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale

Jorge Carvalho

Benjamim Pinho

António Vítor Martins Monteiro

Rodolfo Lavrador

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2023		11.375.093	1.123.306	(2.561.768)	(576.047)	9.360.585
Resultado integral do exercício	8	-	-	-	279.246	279.246
Realização de fundos	8	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados	8	-	-	(576.047)	576.047	-
		-	-	(576.047)	855.292	279.246
Posição no fim do exercício 2023		11.375.093	1.123.306	(3.137.814)	279.246	9.639.830

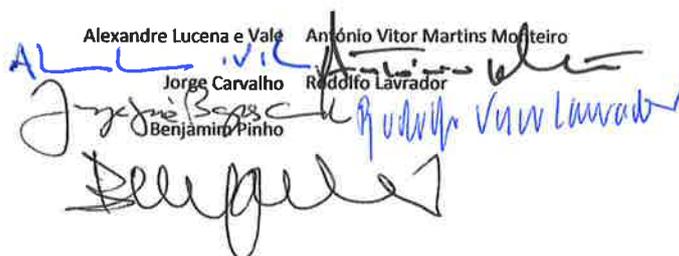
	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício 2022		11.372.599	1.123.306	(2.341.403)	(162.661)	9.991.841
Resultado integral do exercício	8	-	-	-	(576.047)	(576.047)
Realização de fundos	8	2.494	-	-	-	2.494
Aplicação de resultados	8	-	-	(162.661)	162.661	-
Outros movimentos	5, 8	-	-	(57.704)	-	(57.704)
		2.494	-	(220.365)	(413.385)	(631.257)
Posição no fim do exercício 2022		11.375.093	1.123.306	(2.561.768)	(576.047)	9.360.585

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

O Contabilista Certificado


António Moreira Ferreira

O Conselho de Administração

Alexandre Lucena e Vale
Jorge Carvalho
Benjamim Pinho
António Vitor Martins Monteiro
Rodrigo Lavrador


FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Portugal - África ("Fundação") é uma pessoa coletiva de direito privado e fins de utilidade pública, regendo-se pelos seus estatutos e, em tudo o que neles é omissos, pela legislação Portuguesa aplicável.

A Fundação foi constituída em 9 de janeiro de 1995 e tem como finalidade contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural, científico e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro. No âmbito de intervenção da Fundação incluem-se a concessão de subsídios e apoios a projetos relacionados com o fim da Fundação.

Em 22 de setembro de 1995, a Fundação obteve do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estatuto de ONGD -- Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, nos termos do disposto na Lei 19/94 de 24 de maio. Entretanto, face ao disposto na Lei nº 66/98 de 14 de outubro, foi feito pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (antigo IPAD -- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), o registo da Fundação Portugal África junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconhecendo o seu estatuto de ONGD.

A 2 de novembro de 2007, a Fundação foi nomeada como observador consultivo da C.P.L.P. – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em julho de 2009 foi admitida como membro do Centro Português de Fundações.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho e republicado pelo decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 2012, passaram a ser igualmente aplicáveis as disposições legais previstas no Decreto-Lei nº 36-A/2011, que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 10 de julho acima referido, o qual inclui a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e de normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos anexos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009.

Dado que este novo regime face ao normativo até aí aplicado pela Fundação, não gera qualquer impacto contabilístico, patrimonial ou ao nível das divulgações realizadas por parte da Fundação, esta optou por manter a forma de apresentação das suas demonstrações financeiras como até aí, dado que considera que esta é mais completa e útil para o utente das suas Demonstrações Financeiras.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Nesta análise a Fundação teve em consideração os planos da Assembleia Geral de Fundadores relativamente ao futuro da mesma, sendo que no final de 2019 o Ministério dos Negócios Estrangeiros propôs a criação conjunta de um projeto de pós-graduações e doutoramentos a realizar em Portugal destinado a estudantes dos PALOP, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração da Fundação, sendo que a prossecução das medidas a desenvolver pela Fundação, como a preparação de um novo projeto de Estatutos e diálogo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros serão uma das principais incumbências dos seus novos órgãos sociais, recentemente eleitos. A Fundação tem mantido desde 2019 uma atividade limitada aos compromissos assumidos e em curso, reduzindo ao mínimo a sua intervenção em projetos promovidos por entidades terceiras. A 8 de setembro de 2021 foi realizada uma reunião com o Ministro dos Negócios Estrangeiros na qual ficou decidido retomar o programa de formação pós-graduada para nacionais de PALOP interrompido em 2019. A Fundação ressalva que não irá operar através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mas sim negociar com o Estado a implementação de um programa de Pós Graduação de estudantes dos PALOP. Esta estratégia implicará, necessariamente, a alteração dos seus estatutos.

Em 2022 o Conselho de Administração da Fundação continuou a prosseguir os trabalhos relativos ao projecto de implementação do Programa de Formação pós-graduada para cidadãos dos PALOPS, programa este que fora em 2021 objeto de uma troca de correspondência entre a Fundação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros que reconfirmou a intenção das partes na sua concretização. Nesse quadro, ao longo do primeiro trimestre de 2022, o Grupo de Trabalho composto por elementos da Fundação e do estado (Ministério dos Negócios Estrangeiros e Min. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) desenvolveu os seus trabalhos que se concluíram com a aprovação de um documento contendo o programa de concretização e implementação do programa acima referido. Este documento foi depois formalmente entregue ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e ao Conselho de Administração da Fundação, tendo em vista a sua aprovação formal. A Fundação aguarda, neste momento, uma indicação do lado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre os termos em como entenderá dar continuidade e execução ao documento acima referido, estando prevista a realização de uma reunião entre ambas entidades para esse efeito. Face ao exposto, entendemos que o sentido e extensão das actividades da Fundação estão, neste momento, dependentes da evolução do processo acima descrito.

Tendo em consideração o exposto, em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as suas atividades no curto prazo, antes pelo contrário, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das presentes demonstrações financeiras.

Que

3.2 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente direitos de superfície amortizados pelo período estabelecido no contrato, bem como as despesas de desenvolvimento incorridas no âmbito dos projetos “Memória de África” e “Memória de África e do Oriente” e são amortizados por um período de 10 anos.

3.4 – Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

3.5 – Imposto sobre o rendimento

Por despacho conjunto A – 192/96 – XIII do Ministério dos Negócios estrangeiro e das Finanças datado de 31 de Outubro de 1996, foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativamente às

A
3/17
[Handwritten signatures and initials]

Any

categorias C, E, F e G.

3.6 – Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.7 – Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) ao custo ou custo amortizado; e
- (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) **Ao custo ou custo amortizado**

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado; e
- Não sejam objeto de negociação e façam parte da carteira da Fundação.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Outros créditos a receber

Os saldos de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de seis meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do

A
Me
deu
4/17
+

seu valor nominal.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica “Aumento / redução de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

Os valores identificados no Balanço na rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação”, fazem parte de uma carteira, gerida pelo Banco Português de Investimentos (Banco BPI), que tem como objetivo a captação de lucros reais, que a Fundação posteriormente irá aplicar na sua atividade de promoção e valorização dos laços históricos e de civilização entre Portugal e os países africanos, designadamente através da concessão de subsídios.

A Fundação procede à remensuração a justo valor, a cada trimestre, de todos os seus ativos e passivos financeiros a Justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por

cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 – Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. A Fundação procede à sua remensuração a justo valor a cada trimestre, sendo o correspondente ganho ou perda registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os Instrumentos derivados contratados pela Fundação fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto com o objetivo de gerar lucros reais para a Fundação.

3.9 – Subsídios / donativos recebidos de terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios recebidos de terceiros, nomeadamente por comparticipação em despesas de projetos, apenas são reconhecidos quando existe uma certeza de que a Fundação cumpriu com as condições de atribuição dos mesmos e de que na prática tem vindo a corresponder ao momento em que são recebidos.

Os subsídios recebidos no âmbito de apoios ao investimento associados, nomeadamente, à aquisição de ativos não correntes, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.10 – Subsídios e apoios atribuídos a terceiros

Os subsídios, donativos e outros apoios atribuídos a terceiros, para atividades que se enquadram no fim da Fundação, são registados como gastos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Subsídios concedidos” no exercício em que os mesmos são pagos, dado que é entendimento do Conselho de Administração que o momento do pagamento não difere do momento em que o gasto efetivamente é incorrido.

3.11 – Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Qry

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido, na Demonstração dos resultados em Resultados Financeiros, quando se encontra estabelecido o direito da Fundação a receber o correspondente montante.

3.12 – Especialização de exercícios

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis e análises de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Justo valor dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

3.14 – Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Numerário	33	34
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	155.301	525.552
	155.334	525.586

Handwritten signatures and initials, including a large 'A' and a signature that appears to be 'Sul'.

Am

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de Depósitos à Ordem era constituída por três contas bancárias, sendo duas destas contas em moeda estrangeira (USD e JPY).

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2023						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Reclassificação	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.499.464	346	18.175	83.724	1.601.709
Amortizações do exercício	-	7.180	-	-	-	7.180
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.506.644	346	18.175	83.724	1.608.889
Ativos líquidos	-	3.222	-	-	388	3.610

2022						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	294.291	1.509.866	346	18.175	84.112	1.906.790
Reclassificação	(294.291)	-	-	-	-	(294.291)
Saldo final	-	1.509.866	346	18.175	84.112	1.612.499
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	1.478.030	346	18.175	83.724	1.580.275
Amortizações do exercício	-	21.434	-	-	-	21.434
Alienações	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	1.499.464	346	18.175	83.724	1.601.709
Ativos líquidos	-	10.402	-	-	388	10.789

Anteriormente a 31 de dezembro de 2022 o saldo da rubrica "Terrenos e recursos naturais" referia-se ao direito de superfície, atribuído em 1998 pela Câmara Municipal do Porto à Fundação, por um prazo de 70 anos prorrogável por um período de 35 anos, sobre o terreno no qual está instalada a sede da Fundação e que não pode ser utilizado para outro fim. Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a Fundação transferiu este valor para a rubrica "outros ativos intangíveis" e efetuou uma correção das amortizações referentes ao referido direito de superfície pela rubrica de "Fundos Patrimoniais – Resultados Transitados" (57.704 Euros).

O saldo da rubrica "Edifícios e outras construções", diz respeito às benfeitorias realizadas no terreno, correspondentes à construção das instalações sede da Fundação. Em caso de utilização para outro fim, o terreno e suas benfeitorias reverterem para a Câmara Municipal do Porto.

Am
A
Supli

T2

Am

6 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2023					
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Direito de superfície	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Saldo final	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.288.600	4.797	811	60.590	1.354.798
Amortizações do exercício	28.819	-	-	2.884	31.703
Saldo final	1.317.420	4.797	811	63.474	1.386.502
Ativos líquidos	43.170	-	-	230.817	273.987

2022					
	Projetos de desenvolvimento	Programas computador	Propriedade industrial	Direito de superfície	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.360.590	4.797	811	-	1.366.198
Reclassificação	-	-	-	294.291	294.291
Saldo final	1.360.590	4.797	811	294.291	1.660.489
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	1.251.702	4.797	811	-	1.257.310
Reclassificação	-	-	-	57.705	57.705
Amortizações do exercício	36.898	-	-	2.885	39.783
Saldo final	1.288.600	4.797	811	60.590	1.354.798
Ativos líquidos	71.990	-	-	233.701	305.691

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores mais significativos em ativos intangíveis referem-se ao direito de superfície amortizado durante o período estabelecido no contrato e ao Projeto "Memória de África e do Oriente", que se encontra a ser amortizado em 10 anos. Durante os anos de 2023 e 2022 não ocorreram novos investimentos neste projeto.

O projeto consistiu na ampliação e desenvolvimento de bases de dados disponíveis "On-Line", com um vasto conjunto de informação sobre vários Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e na recolha de registos bibliográficos sobre a presença de Portugal na Índia, nomeadamente em Goa.

Esta base de dados foi desenvolvida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e pela Universidade de Aveiro, mediante aprovação anual pelo Conselho de Administração da Fundação das despesas estimadas com o projeto apresentadas pelo CEsa.

Am
Am
Am
9/17
Am

Handwritten signature

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme se segue:

	Valor carteira 2023	Valor carteira 2022
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
Acções cotadas	-	-
Obrigações cotadas	5.242.796	5.694.589
	<u>5.242.796</u>	<u>5.694.589</u>
Outros instrumentos financeiros		
Fundos de investimento	3.978.946	2.810.438
Papel comercial	-	-
Derivados	2.624	12.671
	<u>3.981.570</u>	<u>2.823.109</u>
Total de activos financeiros detidos para negociação	<u>9.224.367</u>	<u>8.517.698</u>

Os ativos e passivos financeiros acima referidos encontram-se registados a justo valor através de resultados, sendo os impactos da sua atualização registados, numa base trimestral, na rubrica da Demonstração dos resultados "Aumentos / (reduções) de Justo valor".

Durante o exercício de 2020 o Conselho de Administração da Fundação decidiu deixar de ter aplicações em ações, para reduzir a exposição à flutuação de valor das mesmas, e privilegiar o investimento em obrigações e fundos de investimento.

Na reunião do Conselho de administração de 20 de janeiro de 2022 foi decidido: (i) introduzir a possibilidade de ter exposição a ações ou fundos de ações até 10%; (ii) introduzir a possibilidade de exposição a carteiras de retorno absoluto (até 15%);

Handwritten signatures and initials

Any

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a carteira da Fundação apresentava a seguinte composição:

Obrigações cotadas	31.12.2023				31.12.2022			
	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia	Montante Nominal	Última Cotação	Tx de cupão Bruta	Valor no dia
HOWONE FAR 2023	-	0,00%	0,00%	-	100.000	100,25%	4,80%	101.427
CX G DEP-TM-28	-	0,00%	0,00%	-	100.000	99,63%	5,75%	102.540
EDP-TM-79	-	0,00%	0,00%	-	200.000	98,23%	4,50%	202.477
EDP FINANCE BV-1.125%-12-02-2024	200.000	97,55%	1,13%	201.269	200.000	97,55%	1,13%	197.087
REN FINANCE BV-2.5%-12-02-2025	200.000	96,85%	2,50%	201.750	200.000	96,85%	2,50%	198.103
REN FINANCE BV-1.75%-18-01-2028	200.000	89,47%	1,75%	192.750	200.000	89,47%	1,75%	182.250
GALP ENERGIA SGP S SA-1%15-02-20	-	0,00%	0,00%	-	100.000	99,64%	1,00%	100.509
EDP FINANCE BV-2%-22.04-2025	200.000	96,26%	2,00%	198.997	200.000	96,26%	2,00%	195.274
OT-2.875%-15-10-2025	202.050	99,89%	2,88%	204.707	202.050	99,89%	2,88%	203.045
OT-4.125%-14-04-2027	184.412	104,56%	4,13%	200.465	184.412	104,56%	4,13%	198.247
OT-0.7%-15-10-2027	227.514	90,02%	0,70%	215.175	227.514	90,02%	0,70%	205.144
OT-2.875%-21-07-2026	199.554	99,84%	2,88%	205.524	199.554	99,84%	2,88%	201.775
ORTV-LULHO-2025	225.000	102,04%	1,63%	233.634	225.000	102,04%	1,63%	231.222
AEROP-1.625%-27	-	0,00%	0,00%	-	100.000	88,38%	1,63%	89.290
ANGLO 1.625%2025	-	0,00%	0,00%	-	100.000	94,04%	1,63%	94.497
BP CAP-1.876%-24	-	0,00%	0,00%	-	100.000	98,01%	1,88%	99.382
BUND DEU-1.5%-24	82.394	98,56%	1,50%	81.277	91.122	98,56%	1,50%	90.667
BUNDESRE-0%-31	114.386	80,58%	0,00%	98.915	26.433	80,58%	0,00%	21.300
BUNDESRE-CZ-23	-	0,00%	0,00%	-	264.049	98,02%	0,00%	258.026
BUNDESRE-CZ-23	-	0,00%	0,00%	-	273.652	98,21%	0,00%	268.743
BUNDESREP-0%-32	-	0,00%	0,00%	-	216.425	79,47%	0,00%	171.993
BUNDESREPU-0%-30	214.438	82,66%	0,00%	189.501	25.953	82,66%	0,00%	21.453
BUNDESREPU-0%-30	327.117	83,77%	0,00%	291.582	103.689	83,77%	0,00%	86.861
CEPSAF-2.25%-26	-	92,63%	2,25%	-	100.000	92,63%	2,25%	94.598
CONTI-2.125%-23	-	98,77%	2,13%	-	90.000	98,77%	2,13%	89.063
DANAHER -17%-24	-	98,11%	1,70%	-	100.000	98,11%	1,70%	99.388
DELL B-1.625%-24	-	96,30%	1,63%	-	100.000	96,30%	1,63%	97.145
E.ON S-0.875%-25	94.000	94,96%	0,88%	92.379	94.000	94,96%	0,88%	89.884
EUR. BK-2.25%-30	79.000	94,62%	2,25%	79.582	55.000	94,62%	2,25%	52.379
EUROPE-0%-25	78.000	92,11%	0,00%	74.524	78.000	92,11%	0,00%	71.845
EUROPEA-0%-26	78.000	91,07%	0,00%	74.137	78.000	91,07%	0,00%	71.031
EUROPEA-0%-29	85.000	82,15%	0,00%	74.530	85.000	82,15%	0,00%	69.824
EUROPEAN U-0%-30	85.000	78,90%	0,00%	55.175	37.000	78,90%	0,00%	29.194
GSK CON-1.25%-26	100.000	91,92%	1,25%	96.801	100.000	91,92%	1,25%	92.865
HEIDELBE-2.5%-24	-	98,23%	2,50%	-	100.000	98,23%	2,50%	98.795
INTERC-1.625%-24	100.000	95,49%	1,63%	98.624	100.000	95,49%	1,63%	95.864
KBC GROUP -TM-26	100.000	94,05%	1,50%	98.329	100.000	94,05%	1,50%	95.184
NATURGY-0.875%-25	-	93,04%	0,88%	-	100.000	93,04%	0,88%	93.590
RYANAIR-2.875%-25	100.000	96,74%	2,88%	99.789	100.000	96,74%	2,88%	97.579
TELENO-2.625%-24	100.000	97,95%	2,63%	99.113	100.000	97,95%	2,63%	98.119
TSY -HL-0.5%-24	-	114,83%	0,50%	-	185.600	114,83%	0,50%	199.998
UNILEVE-0.75%-26	100.000	92,16%	0,75%	96.119	100.000	92,16%	0,75%	92.786
US TRE-1.125%-31	526.900	81,44%	1,13%	400.378	449.600	81,44%	1,13%	345.060
VOLVO-2.125%-24	100.000	97,59%	2,13%	99.420	100.000	97,59%	2,13%	98.285
EDP-SA TM 23-04-2083	200.000	107,57%	5,94%	215.137	-	-	-	-
FRENCH DISC.T-BILL CZ-12-06-2024	10.978	98,40%	0,00%	10.803	-	-	-	-
EUROPEAN UNION-0%-04-04-2031	29.014	82,90%	0,00%	24.051	-	-	-	-
EUROPEAN UNION-0%-22-04-2031	28.807	83,53%	0,01%	24.063	-	-	-	-
EUR.STABILITY-0.01%-12-10-2031	29.267	82,53%	0,00%	24.154	-	-	-	-
FRENCH DISCOUNT TBILL.CZ-17-4-2	279.973	98,91%	1,50%	276.916	-	-	-	-
EUROPEAN INVES.BANK-1.5%-15-06-	25.000	92,93%	0,00%	23.231	-	-	-	-
GERMAN TREASURY BIL CZ-19-06-20	73.292	98,32%	0,00%	72.064	-	-	-	-
SPAIN LETRAS DEL TESOURO-05-07-	105.000	98,15%	0,00%	103.060	-	-	-	-
BUNDS.CHATZANWEIS-2.5%-15.03.20	84.667	101,81%	2,50%	86.202	-	-	-	-
EUROPEAN UNION-2.75%-04-02-2031	182.201	104,32%	2,75%	190.068	-	-	-	-
US TREASURY NIB-HL-0,125%-05-30	123.900	74,06%	0,12%	91.757	-	-	-	-
US TREASURY NIB 3.375%-15-05-2031	53.600	87,40%	3,38%	46.847	-	-	-	-
				5.242.796				5.694.589

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: *Any*
 - Middle right: *Handwritten signature*
 - Bottom right: *Handwritten signature*

Alcy

Fundos de Investimento	31.12.2023			31.12.2022		
	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia	Unidades de participação	Última cotação conhecida	Valor no dia
Obrigações						
BPI- Obrigações Mundiais	24.104	5,37	129.368	20.855	7,00	146.040
DEUTSCHE FLOATING IC	4.109	87,25	358.500	4.109	83,41	342.722
CAIXA BANK GLOBAL	-	-	-	6.655	9,46	62.985
IETF ISHARES E.CORP BOND 1-5YR-UX	773	138,02	106.719	-	-	-
Acções						
LUMYNA MARSHAL WACE-T	1.008	179,85	181.212	1.008	175,65	176.980
BPIGIF ALTERNATIVE	39.194	13,85	542.917	38.024	13,64	518.757
LUMYNA-MW TOPS UCITS F	1.090	188,90	205.924	1.074	182,03	195.485
BLACKR-GL-FDS WILD. HEALTH-SC	411	73,72	27.451	223	71,81	15.004
BPI AFRICA CL M	-	-	-	1.539	9,66	14.872
ELEVA UCITS FD-EUROPEAN SEL.FD	16	1.990,40	32.065	16	1.723,32	27.763
BPI OPPORTUNIT.CL-I	4.636	15,69	72.722	4.636	12,89	59.772
BPI IBERIA CL I	4.932	8,12	40.035	4.437	6,73	29.840
ALLIANZ OPE EQ. GRO1	-	-	-	3	3.142,57	8.645
FFIDELITY EUROPEAN DYNAMIC GROW	561	20,28	11.371	561	17,70	9.924
PICTET ROBOTICS I USD AC	60	354,63	19.123	60	230,14	12.857
BROWNAD.US.EQ.B.USD - 1431040 D	101	35,20	3.207	55	26,43	1.372
NORDEA 1 GL. CLIMATE & ENV-BL	374	37,57	12.714	374	33,85	11.868
WELINGTON GLOBAL QUALITY GROWTH	89	42,13	3.380	527	34,56	17.079
CANDRIAM SRI EQUITY EMERGING MAF	9	1.052,95	8.984	42	1.053,35	43.776
BPI GIF TECHNOLOGY REVOLUTION CLA	5.522	9,03	49.849	5.522	6,27	34.630
JAMS JUPITER GOLD & SILA	-	-	-	120	15,36	1.728
FRANKLIM TECHNOLOGY IL	396	59,44	21.308	396	38,39	14.258
JPM GLOBAL NATURAL REE	-	-	-	12	174,21	2.122
GUINNESS SUSTAINABLE ENERGY	1.491	19,94	26.902	2.106	20,00	39.488
ROBECO BP GLOB PREMIUM EQUITITH	88	198,33	15.842	194	173,41	31.519
HARRIS ASSOCIATES GLOBAL EQ. ACC	62	271,57	15.142	133	230,50	28.708
DPAM B EQUITIES EUROPE SUSTAINAE	14	452,40	6.334	22	408,37	8.984
BPI IMPATO CLIMA AÇÕES CLASS E M	1.892	5,89	11.143	1.892	5,16	9.757
Fundos de Tesouraria						
BNP PARIBAS INSTCASH EL	2.557	141,67	362.301	604	137,11	82.769
AMUNDI F.PIONEER-I	100	930,39	94.115	-	-	-
PICTET USD GOV.B.I.	37	620,46	23.065	-	-	-
MUZINICH S.D.H.	205	114,15	23.434	-	-	-
SKY HGF-US-SHO-A	96	121,76	11.734	-	-	-
Fundos Flexíveis						
BROWN ADVISORY US EQUITY-B USD	-	-	-	795	118,78	94.404
JPM-EMERGING MARKETS-EQTY	7.028	10,33	72.585	7.028	10,26	72.093
ELAVA ABS RET.EUR.R	626	144,93	90.739	745	138,21	102.969
PICTET TR MANDARIN-H-U-USD	35	187,18	5.873	298	181,71	50.761
PICTET TR ATLAS - 1431003 D	733	123,76	90.688	-	-	-
Fundos Fechados						
ETF-ISHARE(ARCX)	-	-	-	863	46,49	37.616
IETF-COWOR(XLON)	736	90,95	60.578	649	73,19	44.534
IETF-CSETF(AMS)	66	162,44	10.721	2	132,24	264
IETF-I.OIL(XLON)	-	-	-	598	24,91	13.965
IETF-IS.COR(AMS)	5.831	28,72	167.478	4.937	26,63	131.477
IETF-ISH G(XETR)	-	-	-	2.736	10,64	29.111
IETF-ISH J(XAMS)	2.090	46,07	96.286	2.219	40,05	88.871
IETF-NAS100(XSWX)	-	-	-	32	615,80	18.475
IETF-S&PCO(XSWX)	340	498,75	153.462	391	395,45	144.966
IETF-XTRAC(XETR)	369	115,40	42.583	64	99,88	6.392
ISH ST.30(XETR)	-	-	-	2.671	9,30	24.835
PICTET GLOBAL E-I-US	781	65,97	46.623	-	-	-
IETF-ISH DOW JONES GLOBAL SUST(XL	74.452	4,98	370.883	-	-	-
IETE ISHARES CORE EUR CORP BOND I	18.565	5,08	94.229	-	-	-
PICTET EURSHORT-J	645	167,08	107.767	-	-	-
ETF LYXOR.EUR.GOV.BOND(XPAR)	589	27,33	16.094	-	-	-
ETF-UBS IRL S&P 500 ESG(XETR9	555	28,11	15.599	-	-	-
IETF-YYXOR NET ZERO 2050 S&P500 C	1.343	4,92	5.979	-	-	-
IETF ISH MSCI EMU ESG ENHANC-XETR	240	27,75	6.660	-	-	-
ETF LYXOR NET ZERO 2050-S&PEUROZ	164	100,83	16.536	-	-	-
IETF-ISHARES MSI AC.FE.JAP (XSWX)	1.973	7,89	15.463	-	-	-
IETF-ISH-EUR CORP BOND ESG UCI-XE	2.849	5,01	14.267	-	-	-
IETF-ISH MCSI USD ESG ENHANC-XSWX	1.973	8,73	15.580	-	-	-
IETF-ISH-MSCI EMU ESG ENHANC-XETR	914	6,99	6.384	-	-	-
IETF ISH MSCI WORLD ESG ENHA-XSWX	2.194	7,89	15.666	-	-	-
IETF ISH MSCI WORLD ER HEDGED-AME	118	76,94	9.078	-	-	-
ETF-ASMUNDO INDEXE.AGG-CORP-XPAF	284	50,30	14.284	-	-	-
			<u>3.978.946</u>			<u>2.810.438</u>

del *A* *lit*

[Handwritten signature]

Handwritten signature

Derivados (Forwards de taxa de câmbio)	31.12.2023			
	Montante			
Derivados - Conta Margem	2.624			
	<u>2.624</u>			

Derivados (Forwards de taxa de câmbio)	31.12.2022			
	Valor nominal	Última cotação	Data de fim	Montante
FUT E-MICRO EUR/USD	(1)	1,07	13-03-2023	-
FUT EURO FX CURR	5	1,07	13-03-2023	-
Derivados - Conta Margem				12.671
				<u>12.671</u>

A decomposição da rubrica de "Aumentos / reduções de justo valor" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Ganhos de justo valor em ativos financeiros:		
Ações		
Obrigações	288.488	
Outros - LPI's	305.208	18.374
Perdas de justo valor em ativos financeiros:		
Ações		
Obrigações	(86.278)	(283.881)
Outros - LPI's	(73.760)	(117.720)
	<u>471.418</u>	<u>(379.227)</u>

8 CAPITAL PRÓPRIO

Fundo social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital Fundacional ascende a 11.375.093 Euros.

No período de 2022 encontrava-se pendente de realização um montante de 9.976 Euros relativo aos fundadores CCRN- Comissão de Coordenação da Região Norte e ISEG- Instituto Superior de Economia e Gestão, assim como um montante de 2.494 euros relativo à UCCLLA. Durante o período de 2022, na sequência das diligências realizadas pelo Conselho de Administração, a UCCLLA realizou o fundo social em falta, 2.494 euros. Os fundadores CCRN e ISEG não responderam ao pedido de realização efetuado pelo Conselho de Administração, pelo que, já em 2023, foi deliberada a sua extinção do elenco de fundadores.

Composição do Fundo Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Fundo Social era representado pelas dotações subscritas pelos seus fundadores conforme a seguir se indicam:

	31.12.2023	31.12.2022
Banco BPI, S.A.	5.426.921	5.426.921
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	773.137	773.137
Fundação Belmiro de Azevedo	748.197	748.197
Banco Comercial Português, S.A.	748.197	748.197
EDP - Eletricidade de Portugal, S.A.	498.798	498.798

Handwritten signatures and initials

Caixa Geral de Depósitos, S.A.	498.798	498.798
Címpor – Cimentos de Portugal, S.A.	498.798	498.798
Portugal Telecom, S.A.	498.798	498.798
Câmara Municipal do Porto	299.279	299.279
Fundo da EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal	274.339	274.339
IAPMEI – Inst. Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	124.699	124.699
Itaúsa Portugal SGPS, S.A.	124.699	124.699
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.	99.760	99.760
Tabaqueira, S.A.	99.760	99.760
IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.	74.819	74.819
Estado Português	49.880	49.880
Partex, S.A.	49.880	49.880
Tertir, S.A.	49.880	49.880
Cabelte, S.A.	24.940	24.940
Fábricas de Moagem do Marco, S.A.	24.940	24.940
Fábrica Têxtil Riopete, S.A.	24.940	24.940
Ferbritas – Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.	24.940	24.940
Quintas & Quintas, S.A.	24.940	24.940
RAR – Soc. Controle Holding, S.A.	24.940	24.940
Asea Brown Boveri, S.A.	24.940	24.940
Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor, S.A.	24.940	24.940
Solidal, S.A.	24.940	24.940
Somague, S.A.	24.940	24.940
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	24.940	24.940
Associação Empresarial de Portugal	12.470	12.470
Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)	9.976	9.976
OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, S.A.	9.976	9.976
Outros (dotações iguais ou inferiores a 5.000 Euros)	139.668	139.668
	<hr/>	<hr/>
	11.375.093	11.385.069
Fundo subscrito por realizar	0	(9.976)
	<hr/>	<hr/>
	11.375.093	11.375.093

De acordo com os seus Estatutos, a Fundação poderá ser extinta em qualquer altura por deliberação do Conselho de Administração, tomada por maioria qualificada definida no artigo 17 dos seus Estatutos. Neste caso, o património existente reverterá integralmente a favor do Estado.

Resultados transitados

De acordo com os Estatutos da Fundação, as reservas geradas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, não estão disponíveis para serem distribuídos. O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aplicado integralmente em Resultados transitados.

Assembleia de Fundadores

A 27 de julho de 2023, realizou-se a Assembleia de Fundadores, tendo sido aprovado o Relatório e Contas referente ao exercício de 2022. Nesta assembleia foi feito um ponto de situação sobre o andamento do processo relativo à implementação do programa de formação pós-graduada em pareceria a estabelecer entre a fundação e o estado português nomeadamente no que respeita a objetivos, cursos a ministrar e estrutura de gestão do programa.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de “Estado e outros entes públicos” refere-se a valores a pagar relativos a Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares e contribuições para a Segurança Social, relacionados com colaboradores da Fundação.

	2023	2022
Taxa social única	252	217
IRS	244	244
	496	461

10 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresenta em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a seguinte composição:

	2023	2022
Remunerações a Liquidar	1.942	1.859
Outras contas a pagar	18.879	7.418
	20.822	9.277

O valor de “Outras contas a pagar” inclui, em 31 de dezembro de 2023, o montante de 18.879 Euros (7.418 Euros em 2022), correspondente à comissão de gestão da carteira, do último trimestre de 2023, a pagar ao BPI.

11 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Trabalhos especializados	29.548	26.236
Comissão de gestão da carteira	39.720	27.231
Deslocações e estadas	513	509
Conservação e reparação	12.730	8.990
Comunicação	3.033	2.762
Vigilância e Segurança	9.390	8.760
Honorários	20.974	15.985
Outros Fornecimentos e serviços externos	5.671	6.969
	121.581	97.442

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui, em 31 de dezembro de 2023, um montante de 12.251 Euros (12.251 Euros em 2022) relativos a serviços de manutenção e 9.261 Euros de honorários para auditoria (8.464 euros em 2022).

A rubrica “Comissão de gestão da carteira” diz respeito, tal como anteriormente referido, ao montante debitado trimestralmente pelo Banco BPI pela gestão da carteira de ativos financeiros da Fundação.

15/17

Qu

12 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	-	-
Obrigações	17.334	5.038
Outros - UP's	553	2.105
Outros rendimentos e ganhos		
Valorização a Justo Valor de derivados	55.435	59.015
	73.323	66.158

Os valores correspondentes a rendimentos e ganhos em ativos financeiros detidos para negociação, referem-se às mais-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Por isso, os rendimentos acima refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da última atualização efetuada previamente à alienação.

13 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Impostos	2.697	2.412
Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação		
Ações	56	-
Obrigações	5.229	4.995
Outros ativos financeiros - UP's	7.237	68.196
Valorização a Justo Valor de derivados	56.172	6.374
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12.336	-
Outros gastos	7.769	8.424
	91.496	90.401

Os valores correspondentes a "Gastos e perdas em ativos financeiros detidos para negociação", referem-se às menos-valias obtidas no processo de alienação de ativos financeiros da carteira da Fundação. Note-se que os ativos financeiros da carteira se encontram, genericamente, registados pelo seu justo valor, o qual é atualizado a cada trimestre. Deste modo, os referidos gastos refletem a diferença entre os valores realizados na alienação e o justo valor dos ativos em causa à data da sua última atualização efetuada previamente à alienação.

A rubrica de "Outros gastos" em 2023 incorpora essencialmente gastos com comissões na compra e venda de títulos no valor de 7.269 Euros (7.924 Euros em 31 de dezembro de 2022).

16 / 17

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page.

14 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço não se verificaram eventos, ajustáveis ou não ajustáveis, que possam ter impacto material nas Demonstrações Financeiras da Fundação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexander Luana e V. G.
Antonio de
Rodolfo Vinu Luvato
Jose Jose (S) -
Baurque

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação Portugal-África (a Entidade – uma pessoa coletiva de direito privado com fins de utilidade pública – Nota Introdutória), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9.665.582 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.369.830 euros, incluindo um resultado líquido de 279.246 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Portugal-África em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respectivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pi/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 20% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e desenvolvendo a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matriculada: 501776311 | Capital social: € 981.026,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 22 de abril de 2024


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Hugo Ricardo Alves Araújo, ROC
Registo na OROC n.º 1437
Registo na CMVM n.º 20161047

**RELATÓRIO E PARECER
DO
CONSELHO FISCAL**

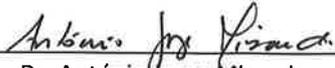
1. No âmbito das suas competências constantes da alínea a), do artigo 16º dos respetivos Estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V. Exas. o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas da **Fundação Portugal-África** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.
2. No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou, ao longo do exercício, a atividade da Fundação, através dos contactos que regularmente manteve com o Conselho de Administração.
3. Efetuou as verificações julgadas oportunas e adequadas à atividade desenvolvida, acompanhou e analisou a evolução da situação financeira da Fundação.
4. O Balanço a Demonstração dos Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras permitem, em sua opinião, uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados em 31 de Dezembro de 2023.
5. Tomou conhecimento do relatório de auditoria externa às Contas da Fundação Portugal África, elaborado pela empresa Deloitte & Associados, SROC, S.A, no qual é emitido parecer favorável, sem reservas e sem ênfases, com o qual concordam.
6. O Relatório do Conselho de Administração descreve, com o necessário detalhe, as atividades desenvolvidas pela Fundação no ano de 2023.
7. O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo às Demonstrações Financeiras, da responsabilidade do Conselho de Administração, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro gerais.
8. A Fundação Portugal-África decidiu continuar a adotar a forma de apresentação das demonstrações financeiras e de relato segundo as normas gerais do SNC por considerar que proporcionam uma base de informação mais detalhada e útil aos destinatários da informação financeira.
9. Não teve conhecimento de qualquer situação contrária aos estatutos e preceitos legais aplicáveis.
10. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de Parecer que a Assembleia de Fundadores da Fundação Portugal-África aprove:
 - a) O Relatório e Contas do exercício de 2023 apresentado pelo Conselho de Administração;
 - b) A proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração;
 - c) Um voto de louvor e confiança aos membros do Conselho de Administração, pela competência e dedicação com que exerceram as suas funções durante o exercício de 2022.

3 de maio de 2024

O Conselho Fiscal,

Presidente: 
Dr. Luis Miguel Ribeiro

Vogal: 
Dra. Maria Helena Dias Duarte

Vogal: 
Dr. António Jorge Miranda